



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-PA
COMISSÃO DE RENOVAÇÃO DO TERÇO

PROCESSO Nº : 343609/2018
INTERESSADA : Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Pará - APEF
ASSUNTO : Revisão de Registro de Entidade de Classe de Profissionais

DELIBERAÇÃO 46/2018 – CRT/PA

A Comissão de Renovação do Terço do CREA-PA, exercício 2018, reunida na sede do Crea-PA, em Belém-PA, analisando o processo que trata de Revisão de Registro de Entidade de Classe de Profissionais. Considerando a Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, arts. 34, alínea “p”, e 62; Considerando que a entidade de classe enviou requerimento para a revisão de seu registro, visando à atualizar as informações constantes de seus registros; Considerando o disposto no Art. 21 da Resolução nº 1.070/2015, para revisão de seu registro, a entidade de classe de profissionais deverá encaminhar anualmente ao Crea requerimento instruído com original ou cópia autenticada ou atestada por funcionário do Crea dos seguintes documentos: I – alterações estatutárias ocorridas após o registro ou a última revisão de registro, se houver, registradas em cartório, contemplando os mesmos requisitos exigidos para o registro; II – ata de eleição da atual diretoria registrada em cartório, se houver alteração após o registro ou a última revisão de registro; III – comprovante de efetivo funcionamento como personalidade jurídica mediante a prática de atividades de acordo com os objetivos definidos em seu estatuto e relacionadas às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, sendo exigida a comprovação de no mínimo 3 (três) atividades do ano anterior, tais como aquelas exigidas para registro:

a) demonstrativos de execução de atividades voltadas para a valorização e o exercício profissional ou para assuntos inerentes às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, tais como:

1. realização de cursos, treinamentos, palestras, seminários e workshops;

2. participação da entidade em eventos de cunho técnico-cultural e em Conselhos ou Comissões Municipais, Regionais ou Estaduais; ou

3. parcerias ou reuniões com outros órgãos públicos, entidades do terceiro setor, entidades privadas e entidades similares.

b) informativos, boletins, jornais, revistas ou publicações da entidade.

IV – relação de associados comprovadamente efetivos, com registro ou visto na circunscrição do Regional, atualizada até 31 de dezembro do ano anterior, especificando nome, título profissional, número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e número de registro nacional no Sistema Confea/Crea de no mínimo trinta ou sessenta profissionais, conforme o caso, que estejam adimplentes com suas anuidades junto ao Crea; V – prova de regularidade na Fazenda Federal, na forma da lei; VI – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; VII – Informação à Previdência Social – GFIP; e VIII – prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, quando possuir quadro de funcionários. DELIBEROU: que a Entidade de Classe de Profissionais não apresentou na íntegra a documentação exigida no artigo 21 da Resolução nº 1.070/2015, necessárias para revisão de registro, conforme a seguir: I – alterações estatutárias ocorridas após o registro ou a última revisão de registro, se houver, registradas em cartório, contemplando os mesmos requisitos exigidos para o registro: NADA FOI INFORMADO OU APRESENTADO; II – ata de eleição da atual diretoria registrada em cartório, se houver alteração após o registro ou a última revisão de registro: NADA FOI APRESENTADO OU INFORMADO; III – comprovante de efetivo funcionamento como personalidade jurídica mediante a prática de atividades de acordo com os objetivos definidos em seu estatuto e relacionadas às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, sendo exigida a comprovação de no mínimo 3 (três) atividades do ano anterior, tais como aquelas exigidas para registro: DOS COMPROVANTES APRESENTADO APENAS A PORTARIA 328/2016, SE ENQUADRA COMO COMPROVANTE DE EFETIVO FUNCIONAMENTO. IV – relação de associados comprovadamente efetivos, com registro ou visto na circunscrição do Regional, atualizada até 31 de dezembro do ano anterior, especificando nome, título profissional, número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e número de registro nacional no Sistema Confea/Crea de no mínimo trinta ou sessenta profissionais, conforme o caso, que estejam adimplentes com suas anuidades junto ao Crea: FOI APRESENTADO; V – prova de regularidade na Fazenda Federal, na forma da lei: FOI APRESENTADO; VI – Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: FOI APRESENTADO; VII – Informação à Previdência Social – GFIP; e VIII – prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, quando possuir quadro de funcionários: APRESENTADO APENAS A REFERENTE AO FGTS. Portanto, A Entidade de Classe de Profissionais encontra-se inabilitada para o processo de renovação do terço do Plenário do Crea-Pa, exercício 2019.

Belém, 13 de junho de 2018


Eng. Civ. Almir Magalhães Oliveira de Almeida Jr.
Coordenador da CRT